
PEDAGOGIA CONTEMPORÂNEA: CONTRIBUIÇÃO NA MELHORIA DA PRÁTICA DOCENTE NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ

CONTEMPORARY PEDAGOGY: CONTRIBUTION IN IMPROVING THE TEACHING PRACTICE IN THE MUNICIPALITY OF MACAPÁ

Domiciano dos Santos Sobral¹

RESUMO: As últimas décadas testemunharam grandes mudanças através das reformas estudantis, velocidade da informação e associação de tarefas pedagógicas, onde o pedagogo deveria ser o mediador da interação do professor com o aluno e o conhecimento. Neste contexto, a contemporaneidade é o momento da mudança e da resignificação da escola, assim como do papel e do lugar do pedagogo, o qual passa a ser o protagonista desse processo juntamente com o professor. Este artigo tem o intuito de fazer algumas considerações sobre este atual contexto e de examinar, através procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo realizada em Escolas Estaduais e Municipais do Município de Macapá junto a técnicos e professores, se realmente o pedagogo está contribuindo para a melhoria do trabalho docente.

Palavras-chave: Pedagogia. Pedagogo. Mudança.

ABSTRACT: Recent decades have seen major changes through reform student, speed of information and educational association task, where the teacher should be the mediator of the interaction of the teacher with the student and knowledge. In this context, the contemporary is the time of change and redefinition of the school, the role and place of the teacher, which would become the protagonist of this process along with the teacher. This article aims to make some considerations on this current context and examine through methodological procedures of literature and field research in the Schools State and Municipal City near Macapa technicians and teachers if the teacher is really contributing to the improvement of teaching.

Keywords: Pedagogy. Peacher. Change.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem passado por rápidas modificações que se refletem claramente na área educacional e na história da pedagogia não é diferente. No Brasil, essas mudanças vêm sendo marcadas por uma sucessão de ambiguidades, principalmente quanto à atuação desse profissional no ambiente escolar, pois ainda se confunde o papel do pedagogo na escola. Sobre isso, entende-se que o pedagogo deve contribuir para a melhoria da qualidade das atividades docentes, assim como da organização e gestão de sistemas e instituições de ensino. Este projeto tem o intuito de constatar se realmente este profissional está influenciando na prática dos professores nas escolas do município de Macapá. Para isso é que se recorreu a 08 pedagogos e 20 professores de 08 unidades escolares, sendo quatro

¹Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. domsobral@bol.com.br

Estaduais e quatro Municipais, no sentido de fundamentar a existência ou não da contribuição do referido profissional na prática docente.

A perspectiva quanto ao resultado da pesquisa, prende-se na esperança de se conseguir evidenciar a problemática da compreensão do trabalho do pedagogo em relação a sua contribuição na melhoria da prática docente dos professores, e sobre isso, mostrar a possível falta de clareza da relação entre ambos.

Dos pedagogos, espera-se que a pesquisa mostre que a ação desse profissional passa necessariamente pela definição do seu objeto de trabalho na escola, pois sem essa compreensão, o pedagogo pode estar atuando em áreas que fogem de sua competência e entra na competência de outro profissional. Verificar-se-á se isso se dá de forma inconsciente devido à falta de clareza do seu objeto de trabalho ou de forma consciente para dar respostas às dificuldades que enfrenta para desenvolver o trabalho na escola.

Espera-se que o entendimento do professor sobre o pedagogo seja de que esse profissional é de suma importância na escola, onde deve liderar as atividades didático-pedagógicas e assegurar o bom desempenho das suas atividades.

É bem verdade que isso pode não estar acontecendo, tanto que já espero como resultado final desse trabalho, deparar com algumas situações onde ambas as partes pouco se importam com os novos caminhos traçados pela pedagogia e seu esforço em mudar o rumo de sua história.

Consubstanciado a isso, acredita-se também na vontade de mudanças de muitos que buscam em todas as instâncias a possibilidade de desenvolvimento de um trabalho recíproco entre supervisores e professores, pois só assim, esses últimos darão um novo sentido na sua forma de atuarem em sala de aula.

Este é um trabalho que certamente trará grandes contribuições aos profissionais que atuam como pedagogos e que precisam e devem saber o que realmente estão fazendo e irão fazer no desempenho de suas funções dentro da escola.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Resgatando a História da Pedagogia

Desde o surgimento da pedagogia, na Grécia antiga, ocorreram várias modificações na atuação do pedagogo até chegar à contemporaneidade, de acordo com as exigências contextuais desse profissional. Dessa maneira, na antiguidade, o escravo “paidagogo” tinha

como atribuição a condução da criança para receber as primeiras letras. Na modernidade esse papel se distancia daquela realidade, pois o pedagogo, principalmente o supervisor tem a função de contribuir com o desenvolvimento das práticas docentes.

Vários teóricos colaboraram na tentativa de definir o campo de estudo da pedagogia e o papel do pedagogo. Dentre eles, Durkheim (1858–1817) acreditava que a pedagogia comporia as ciências da educação, embasadas nas teorias sociológicas e filosóficas, de maneira que esta fornecesse meios e instrumentos para a didática e aquela propusessem fins para a educação. Afirmava ainda, que a escola contribuiria positivamente para a coesão da sociedade orgânica. Já Herbart (1766–1841) considerava que a ciência e a pedagogia não se separam. O que vem embasar o pensamento contemporâneo, colocando a pedagogia como ciência da educação. (Ghiraldelli Jr., 1996, p. 9).

Essas teorias deram suporte para a pedagogia, principalmente no que concerne ao tratamento à infância, historicamente objeto de estudo desta área da educação.

Assim, desde o século XVI a criança passa a receber uma maior atenção por parte dos estudiosos, em função das características estabelecidas pelo mundo moderno. O filósofo francês Michel de Montaigne (1533–1592), manifestou-se contra a paparicação dos pais pelas crianças como satisfação lúdica pessoal desses adultos e, reconhece a criança como singular e necessita de cuidados especiais para que se torne posteriormente um adulto responsável, dando início à noção de infância. Rosseau (1712-1778) acreditava que é na infância que estamos de posse do melhor de nós, por não estar em contato com a realidade social e cultural corruptora, daí não se encontrar ainda corrompido, privilegiando, dessa maneira, a criança como indivíduo.

Toda educação, para Rosseau, não se deve ter como pressuposto a idéia de que a infância é uma época que macula a razão, mas, ao contrário, deve entendê-la como um período a ser preservado, pois é nele que a autêntica individualidade e a disposição para a verdade podem ser cultivadas. (Ghiraldelli Jr. 1996, p. 26).

Esses dois últimos teóricos inauguram o fato de a infância ser a fase especial de cada ser humano, por isso deve ser cuidada para que não aconteça nada que possa interferir de maneira desastrosa nesse período.

Com o surgimento da sociedade do trabalho, em particular da revolução industrial, as crianças são recolocadas nesse mundo. No início do século XX, quando se conquistou a escola como lugar de direito da infância, a pedagogia tentava harmonizar o trabalho com a

escola, desvirtuando seu papel original, que se entendia como sendo o mundo estudantil fora desse contexto, redefinindo-o e subordinando a escola ao trabalho.

Se Durkheim acreditava que a mutualidade entre trabalho e escola contribuía com a manutenção da vida social, Dewey (1859-1952) e Gramsci (1891-1937) postularam que o trabalho se introduz na própria alma da vida escolar e da pedagogia, revigorando a educação, o que afirma a identidade infantil como algo que passa a ter uma preocupação científica. (*Ídem*. p. 19).

No século XX, Piaget (1896–1983) se preocupou em enfatizar a necessidade de entendermos as relações espontâneas entre ação e o pensamento da criança, o que implicaria na instituição escolar preocupar-se não só em se fazer escutar, mas também apresentar à criança a possibilidade de manipulação e transformação das coisas. (*Idem, Ibidem*).

A partir das contestações desses pensadores, percebe-se a necessidade de uma formação pedagógica que pudesse atender as exigências do contexto moderno, pois a pedagogia sempre se preocupou com a questão da subjetividade e em contrapartida, no mundo contemporâneo a preocupação baseia-se na crítica à noção de sujeito, o que coloca em xeque essa subjetividade. É bem verdade que a filosofia, que direciona esse pensamento na modernidade, afirmava a verdade de algo, já na contemporaneidade, essa afirmação é secundarizada ou até mesmo abandonada, neste contexto, a pedagogia entra em crise.

Desde as primeiras décadas do século XX, o filósofo Walter Benjamin (1892–1941) já esclarecia a respeito da tarefa da pedagogia oficial do contexto histórico, que tinha como função a adaptação mútua entre o homem e a sociedade. No período moderno surgiram as pedagogias embasadas nas teorias do espelho, **“como uma forma de correção da imagem”**, onde acreditavam que a sociedade é o espelho do homem, e que cabe a educação corrigir distorções que venham a surgir.

Com o advento do “tecnicismo pedagógico”, próprio do mundo contemporâneo, a visão de educação baseia-se na aquisição da melhor maneira de desenvolver determinadas habilidades, o que faz com que surja uma nova definição de subjetividade. No período moderno os interesses voltaram-se para a compreensão da infância, enquanto que no contexto contemporâneo, apresenta-se como algo em extinção, devido os meios de comunicação de massa, através de *marketing*, definir a criança do contexto atual, referindo-se Walter

Benjamim à questão da insensibilidade que se tem frente aos jovens e crianças. (*Idem*, p. 60, 61).

A respeito da subjetividade, Maurice Tardif (2002) a enfatiza como algo de extrema necessidade para que o professor ressignifique seu papel, pois é ele, e mais especificamente seu trabalho cotidiano, que o torna ator no processo de ensino, dando assim, significado a sua prática pedagógica, visto que, muita das vezes essa bagagem cultural adquirida pelo professor no seu dia-a-dia é esvaziada por imposições de concepções burocráticas e autoritárias. (*In*Candau (org.) 2002 pp. 114,115). Imposições essas muitas das vezes proporcionadas pelo pedagogo.

E ainda propõe que se deve enfatizar a questão do papel do professor no que tange à redefinição da relação teoria e prática, que vem historicamente caminhando dissociada do trabalho docente, comprometendo assim, a ação dos atores envolvidos. E o professor deve ser considerado como sujeito do conhecimento. (*In* Candau (org.) 2002 pp. 114,115).

2.2.A pedagogia no Brasil

No Brasil, até os anos 20, não se questionou a existência de uma ciência pedagógica, o que prevalecia na época era a pedagogia católica e a pedagogia herbartiana, de modo que os estudos pedagógicos, o curso de pedagogia, a formação do pedagogo e sua identidade profissional estão marcados por certas peculiaridades. A primeira regulamentação do curso de pedagogia no Brasil foi em 1939, onde previa a formação de bacharel em Pedagogia, até então conhecido como técnico em educação. Posteriormente, a Lei 4.024/61 mantém o curso de bacharelado para formação do Pedagogo e regulamenta as licenciaturas. A última regulamentação (Parecer 252/CFE/1969) abole a distinção entre bacharelado e licenciatura e estabelece que o formado no curso de pedagogia receba o título de licenciado pleno.

Na segunda metade da década de 1970, surgem várias tentativas de repensar ou reformular o curso de pedagogia e as licenciaturas. Na década de 80 destacam-se movimentos como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE, que defendia a ideia de que o curso de Pedagogia também era uma licenciatura e, contribuiu assim, para a descaracterização da formação do pedagogo num sentido mais amplo.

Também nos anos 80 surge o movimento pela revalorização da educação pública, inicialmente sustentado pela Associação Nacional de Educação – ANDE – que assume um

posicionamento pela escola como lugar de luta hegemônica de classes, de resistência, de conquista de cultura e da ciência como instrumento de luta contra as desigualdades sociais.

Na última década percebeu-se um paradoxo na educação brasileira, onde a sociedade foi se tornado cada vez mais pedagógica, enquanto que diminuiu a quantidade e qualidade profissional dos pedagogos. Isso ocorreu porque os movimentos pela reformulação se preocuparam mais com o “curso” e menos com as bases teóricas da Pedagogia, empobrecendo os estudos específicos da teoria pedagógica, daí ser visível hoje nas Faculdades de Educação, se encontrar mais sociólogos, psicólogos e filósofos em detrimento dos pedagogos.

No contexto atual as exigências com relação ao profissional pedagogo evidenciam a ética e a valorização humana. Ferreira (*In: Ferreira & Aguiar (orgs.) 2002*) analisa a importância dessa valorização em detrimento ao técnico individualista, devido dar maior significado à formação técnica, onde os profissionais da educação reproduziam sua formação, alienando as pessoas que deles dependiam. Dessa maneira existe a necessidade de ter no curso de formação desses profissionais, uma orientação voltada para o trabalho de formação, acompanhamento e orientação dos docentes nas escolas.

Sobre isso, Libâneo (2000) define:

Pedagogia é o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana. Nesse sentido, educação é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano dos indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais. É uma prática social que atua na configuração da existência humana individual e grupal, para realizar nos sujeitos humanos as características de “ser humano...” (Libâneo, 1998, p. 22).

A partir dos anos 1990, com as exigências do neoliberalismo, o capitalismo passa a exigir da escola que forme indivíduos com maior conhecimento e desenvolva habilidades para que possam interagir com os equipamentos de base microeletrônicos e essas exigências surgem em decorrência do individualismo vir perdendo espaço aos procedimentos coletivos, o que contribui para a reunificação do trabalho pedagógico. Isso traz a tona o princípio da politecnicidade, unidade entre teoria e prática, como proposta para que haja realmente a reunificação da escola, no que tange uma nova forma de integração dos mais variados conhecimentos e conseqüentemente a desfragmentação, proporcionando à organização do trabalho e formação dos profissionais da educação uma nova proposta de intervenção da

realidade, visto que, existe a aspiração de que se concretize a proposta da pedagogia emancipatória e conseqüentemente a emancipação humana.

Para tanto, ao pedagogo que já vem superando a visão tradicional por intermédio das novas propostas de concepção de currículo e de projeto político-pedagógico, é exigida uma melhor compreensão das mudanças sociais e que possa se relacionar dialeticamente e com compromisso em favor dos excluídos e assim, superar o disciplinamento do capitalismo, que tradicionalmente intervém através do Estado na tentativa de inferiorizar o trabalho pedagógico desprofissionalizando-o, por intermédio da precarização de professores das Instituições Superiores de Educação (ISEs) e de programas como “amigos da escola”. Kuenzer (*op. cit.* 2002) diz ainda, ser possível a unitariedade na formação continuada e que para isso é necessário que se estabeleça compromissos e cumplicidades na busca de compartilharem coletivamente os problemas que são comuns para que culmine em mudanças no trabalho dos profissionais da educação.

Em se tratando de projeto político-pedagógico, Kuenzer (*In* Ferreira & Aguiar (orgs.), 2002) acredita na interdisciplinaridade como proposta de recomposição dos currículos taylorizados, mas que para isso é necessário seu uso adequado, ou seja, que as diferentes disciplinas possam se envolver na construção de um novo objeto e um novo campo do conhecimento, remontando-se ao princípio da politecnia, em que pese à relação escola e sociedade, na tentativa de superar a ingenuidade do trabalho pedagógico e da formação de professores, mesmo não superando, avançar na construção de consciências preocupadas com uma sociedade mais justa. Sobre isso (*Libâneo, 1998, pp. 30, 31*) enfatiza que:

...O curso de pedagogia deve formar o pedagogo stricto sensu, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas sócio-educativas de tipo formal, não-formal e informal, decorrentes de novas realidades [...] não apenas na gestão, supervisão e coordenação pedagógica de escolas, como também na pesquisa, na administração dos sistemas de ensino, no planejamento educacional, na definição de políticas educacionais, nos movimentos sociais, nas empresas, nas várias instâncias de educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia e orientação educacional...

Já Cunha (*In*: Ferreira & Aguiar (orgs.), 2002) evidencia a trajetória da supervisão pedagógica que teve forte expressão nas décadas de 1970 e 1980 no cenário educacional brasileiro, ligada à ideologia repressiva da época sem tanto embasamento científico na condução do trabalho, daí a necessidade de legitimação e emancipação pedagógica para que os supervisores sejam capazes de ressignificarem seu trabalho através da reflexão sobre as

experiências do passado motivando-os na transformação do seu papel pedagógico. É relevante o fato de a supervisão, mesmo num momento de controle às extremas, apostar no trabalho coletivo com respeito às diferenças individuais, visto que existem reciprocidades de experiências. Nesse sentido possibilita-se uma esperança na construção de um trabalho voltado a melhoria da prática pedagógica, dando importância à dinâmica da teoria e prática, que são indissociáveis no processo de formação continuada e o supervisor precisa entender que o conjunto da coletividade são os sujeitos históricos da transformação social, cabendo-lhe auxiliar o professor na retomada do sentido humanizado da educação e poder dessa forma dar um novo significado ao papel pedagógico da supervisão.

2.3.A pedagogia no Amapá

A implantação do NEM (Núcleo de Educação Macapá) no Amapá, data de 1970, no governo de Ivanhoé Martins, através de um convênio firmado com a Universidade Federal do Pará – UFPA, cujo objetivo era formar professores (Quadro do Governo), para lecionar algumas disciplinas do curso ginásial (ou ensino médio profissionalizante) da época, em função da carência de profissionais habilitados para atuarem nessa área. Tratava-se, portanto, de uma licenciatura curta ofertada de caráter modular. Dessa forma, as primeiras turmas do referido convênio, formou apenas para a docência nas áreas das Ciências e Letras.

No ano de 1976, os concluintes desses cursos almejavam a complementação para licenciatura plena e solicitaram ao governo uma renovação da parceria com aquela instituição de ensino superior - a UFPA, para que assim pudessem se graduar. Atendendo a isso, são criadas novas turmas apenas para os já licenciados, nascendo, a partir daí, a Pedagogia como parte desta complementação, desdobrada nas habilitações de supervisão e administração escolar. Embora já existisse na época, a área de orientação educacional não foi ofertada pelo convênio.

No ano de 1985, a resolução 1.234 da Universidade Federal do Pará, na forma do parecer 252/69 e da resolução 02/69, ambas do então Conselho Federal de Educação, implanta no núcleo desta instituição, no Amapá, o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na área do magistério, licenciando profissionais para a docência das séries iniciais do Primeiro Grau ou nas disciplinas pedagógicas do Segundo Grau e, para uma função técnica em Orientação Educacional, Supervisão ou Administração Escolar, sendo estas opcionais para o graduando.

Com a extinção do NEM (Núcleo de Educação Macapá) em 1991, ocasião em que foi instituída a Universidade Federal do Amapá, o curso de Pedagogia integra-se como uma das nove licenciaturas ofertadas pela referida instituição no já Estado do Amapá. À época, a formação permaneceu nos moldes do núcleo, regida por uma matriz com um núcleo comum e quatro grandes braços, sendo dois voltados para a docência e dois para a parte técnica, porém não deixando de causar insatisfação por parte dos graduandos, que jamais poderiam sair com mais de duas habilitações. Estas contempladas pela resolução 015/91, da UNIFAP, sendo suprimida posteriormente pela 02/94, a qual passa a reger o curso após sua homologação.

Questionamentos a respeito das habilitações levaram à aprovação da resolução 07/96, que excluía do núcleo comum às disciplinas pedagógicas. Entretanto, esta não entrou em vigor, perdendo a validade, quando descoberto que a mesma não havia sido registrada no Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DERCA). Após vários estudos engendrados pelos questionamentos acerca do curso, a resolução 07/96 foi revogada, sendo executada a 02/94, a qual permitia a formação com as habilitações: docência nas séries iniciais, disciplinas pedagógicas e uma técnica, sendo estes direitos estendidos às turmas de extensão dos Campi Norte (Oiapoque) e Sul (Laranjal do Jarí), haja vista estas turmas serem regidas pela mesma lei, diferenciando-se dos convênios (GEA e Prefeituras), que são regidos por uma resolução específica.

A partir de 2003, com a nova matriz curricular, o pedagogo, egresso da UNIFAP, vem sendo habilitado nas docências e áreas técnicas, o que lhe assegura atuar em qualquer setor, tanto na escola quanto em outras instituições que requeiram seu trabalho na área da gestão ou pedagógica – Coordenador pedagógico. Cabe aqui ressaltar que a turma de 2002 foi beneficiada pela nova matriz curricular por ter entrado com recurso na referida instituição, a qual acatou o pedido e determinou que fossem feitas as adequações necessárias, no sentido de que a turma não deixasse de cumprir toda a carga horária exigida pela nova diretriz do curso.

Ressalta-se ainda, que os termos do artigo 61 da LDBEN 9.394/96 e da própria 9.424/96 (lei que regulamenta os recursos para o FUNDEF – Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental), especificam que tanto as prefeituras quanto os governos estaduais estão obrigados a fazer investimentos em seus quadros de recursos humanos, qualificando-os em nível superior nas áreas técnicas e/ou docente. Atendendo a

isso, são criados os convênios para suprir essas necessidades, de acordo com a urgência de cada contratante, que na sua totalidade e de acordo com as suas particularidades, preferiram firmá-los para a docência nas séries iniciais. A universidade, especificamente o curso de Pedagogia, fez então um corte em sua matriz curricular do campus central e dividiu a formação docente da técnica, ofertando a esses, somente a habilitação nas séries iniciais.

Assim como no cenário nacional, a partir de maio de 2006, com o advento da Resolução 01/06 CNE/CP, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, fez com que o profissional em questão chegasse à contemporaneidade no ápice de sua crise existencial, pois, a resolução supra é permeada de indefinições e controvérsias. Isso vem acontecendo desde o início de suas discussões até o fechamento do documento oficial com os 15 artigos, dos quais a maioria defende a formação exclusiva do pedagogo na docência.

3. À GUIA DE CONCLUSÃO

Apesar das indefinições já citadas, na escola, a importância da reciprocidade entre coordenador pedagógico-educacional e o professor para a melhoria de suas atividades, que por intermédio de contextos anteriores desses profissionais suas funções tinham sido fragmentadas, enfoca hoje uma necessária discussão sobre a unidade do Pedagogo com outros profissionais da educação, para que possam corresponder às perspectivas de mudanças nas ações do processo educativo. Observa-se, no entanto, a falta de preocupação nos cursos de formação para os aspectos éticos, psicológicos e sociais, fatores importantes para que ocorra a sincronicidade na ação do trabalho pedagógico, cabendo ao Pedagogo o papel de mediar esse desenvolvimento no professor, percebendo sua utilidade no processo de formação continuada, devido à necessidade de confrontar a realidade em que vive o aluno no seu dia-a-dia, para que possa buscar uma consciência mais crítica.

Para tanto é de extrema importância que os formadores dos cursos de pedagogia e licenciaturas, auxiliem os pedagogos no processo de vivenciar a docência como prática social, desde a sua formação nas universidades, para que frente à complexidade encontrada nas escolas, sejam capazes de auxiliar os professores em suas dificuldades.

Destarte, a proposta pedagógica de construção coletiva deve envolver todos os seguimentos da escola como: Gestor, pedagogos, professores, alunos e comunidade local de modo que estes possam embasar-se para melhor prepararem os alunos, tornando-os capazes

de se inserir na sociedade como participantes ativos na construção de suas realidades, de maneira mais humana e singular. É nesse contexto que se apresenta como proposta inovadora a figura do pedagogo, na tentativa de inovar o trabalho educativo nas escolas, para que possam incentivar os professores na melhoria de suas atividades docentes.

As abordagens supracitadas têm o intuito de fazer com que os profissionais envolvidos no assunto possam repensar suas ações no campo particular e educacional, colaborando com seu crescimento profissional e ampliando o conhecimento para que possam se unir e assim, superem a fragmentação enveredando para uma unidade da teoria e da prática, deliberando assim coletivamente sobre os caminhos a que a escola deve seguir.

A esperança é de que o resultado da pesquisa venha contribuir de maneira significativa para a superação da fragmentação do trabalho pedagógico enfatizado, pois é algo que chama atenção pela sua necessária concretização, para que se possa chegar a uma escola que vivencie uma convivência harmoniosa entre o supervisor e os professores com o objetivo de ajudar na construção de mentes formadoras de maneira a desenvolver nos indivíduos a capacidade de Contextualizarem-se, melhorando suas atividades de modo a tornarem-se pessoas ativas na construção de uma escola democrática e mais humana.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo procura constatar, em consonância aos objetivos propostos neste trabalho, se realmente os pedagogos estão contribuindo para a melhoria da prática docente no Município de Macapá.

Partindo deste princípio é que houve a necessidade de sair a campo com o intuito de investigar, comprovar e fundamentar os questionamentos sobre o tema.

Para esse fim, foram coletados dados em oito escolas das redes estadual e municipal, assim como fora feito o levantamento bibliográfico supra com o intuito de embasar o referido ensaio.

As técnicas de coleta de dados consistiram em aplicação de roteiros, não identificados, com perguntas objetivas, a serem preenchidos por 20 professores e 08 pedagogos das unidades escolares.

4.1. Dos Resultados

4.1.1. Os professores das unidades escolares

Questionados sobre o papel do pedagogo, os projetos desenvolvidos pela escola que são acompanhados pelo pedagogo e quais as ações realizadas por eles para garantir a formação continuada, dos 20 professores entrevistados, todos concebem o pedagogo como um “profissional assistencialista, cuja ‘obrigação’ é apontar caminhos para ‘desobstruir’ os obstáculos que emperram o processo ensino-aprendizagem” e apontam: oficinas de leitura, palestras, debates que discutem os problemas de aprendizagem dos alunos como principais atividades desenvolvidas e acompanhadas por ele. Os entrevistados atribuem ao pedagogo a responsabilidade pela formação continuada do professor e citaram encontros bimestrais e semana pedagógica como ações realizadas para assegurar tal formação.

Sobre as respostas dadas aos questionamentos anteriores pode-se dizer que isso ocorre, sobretudo, por haver de fato uma tradição na história da formação de professores no Brasil, segundo a qual pedagogo é alguém que auxilia as atividades docentes. No entanto, a pedagogia ocupa-se de fato, da formação escolar de crianças, com processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Sobre isso Mialaret (1999) discorre:

A pedagogia é uma reflexão sobre as finalidades da educação e uma análise objetiva de suas condições de existência e de funcionamento. Ela está em relação direta com a prática educativa que constitui seu campo de reflexão e análise, sem, todavia, confundir-se com ela (p. 9).

Nesses moldes, questionados sobre *a necessidade do pedagogo na escola*, 100% dos entrevistados afirmaram ser o pedagogo, extremamente necessário. Todavia “é preciso que seja mais dinâmico para dar as devidas orientações, no sentido de solucionar problemas na sala de aula” – disse um professor.

Quando questionados quanto à mudança na prática pedagógica, verificou-se que em algumas escolas trabalham pedagogos recém-formados junto com pedagogos com mais de 20 anos de atividade. Segundo vários professores, isso influencia negativamente na prática desses profissionais, pois as “diferentes atitudes e pensamentos” geram conflitos entre eles e entre os professores.

Sobre o exposto supra, Cabe aqui uma análise do pesquisador desta temática no sentido de se perceber a falta de interesse dos envolvidos (pedagogos), em se aprofundarem a respeito das atividades inerentes a área que escolheram como profissão, pois os saberes profissionais adquiridos na universidade não devem se distinguir ou se diferenciar em função

do tempo de formação, bastando a decisão da realização de um trabalho conjunto para resolução do problema. Sobre isso Libâneo teoriza:

No âmbito da atividade pedagógica, marcos teóricos e morais são cruciais, pois a todo momento são requeridas opções sobre o destino humano, tipos de sujeitos a formar, o futuro da sociedade humana. A pedagogia, do mesmo modo que outras ciências práticas como a ética e a política, realiza atividades envolvendo relações entre pessoas e grupos sociais, de modo que carrega consigo uma intencionalidade voltada para finalidades formativas implicando um comprometimento moral de seus agentes (LIBÂNEO, 2002, p. 148).

4.1.2. Os Pedagogos das unidades escolares

Questionados há quanto tempo trabalham como pedagogo, do total dos entrevistados 100% deles têm graduação em pedagogia. Quanto ao tempo que atuam neste serviço, 80% respondeu que está com mais de quatro anos, enquanto que 20% já trabalham a mais de 15 anos como pedagogo.

Quando perguntados *se acreditam na possibilidade de mudanças na prática do professor*, 100% afirmaram, que para o sucesso dessa transformação é necessário o acompanhamento pedagógico no intuito de levar o professor a refletir sobre suas ações. Nesse sentido é justo que “... o orientador educacional, supervisor e professor, encontrem (grifo nosso) as formas próprias de aprender de cada aluno e de cada grupo” (MEDINA 2002, p. 148-149).

Para os colaboradores, a profissão de pedagogo no contexto atual é muito desvalorizada, e ainda está voltada para o burocrático, embora 100% deles tenham afirmado que sua presença é importante no processo educacional desde que trabalhe em parceria com o professor. Nesse sentido, as mudanças mesmo de maneira lenta, devido suas ações esbarrarem no âmbito político das secretarias e governos, vêm ocorrendo. Para que se dê um passo maior é fato que esse profissional se comprometa com a vontade de mudar, investindo na sua atualização, pois a sua ação é necessária no âmbito escolar e extraescolar.

No que tange à *estagnação ao término da graduação*, 40% dos questionados responderam que não têm, mas que desejam fazer uma Pós-graduação, só que para isso, afirmaram ser necessário ter mais interesse, compromisso e investimento no seu conhecimento pessoal, visto que, “a mudança deve partir do interessado e não esperar que ela aconteça”.

No entendimento dos colaboradores **quanto aos entraves encontrados ao desenvolverem suas funções**, 20% não responderam e os demais enfatizaram a rotatividade de professores em função dos contratos administrativos; falta de participação da família; falta de material de apoio e principalmente a falta de momentos de discussões sobre o papel do pedagogo que possam embasá-los na orientação da atuação dos docentes na escola.

Em relação à **ressignificação dos seus papéis do pedagogo**, os colaboradores foram enfáticos quanto à preocupação de buscarem os seus verdadeiros objetos na educação, pois reconhecem ser o pedagogo um personagem de imprescindível presença dentro e fora do sistema escolar, devendo estar sempre a serviço dos seres humanos, formando-os cidadãos. Para isso, deve ser compromissado e dedicado, buscando constantemente sua formação continuada e a dinamização de suas ações.

Dessa forma, percebe-se que ainda há um grande desafio a ser enfrentado pelo pedagogo no sentido de torná-lo mais reflexivo, ousado, autônomo, capaz de construir a sua identidade legítima e, assim, dinamizar seu trabalho na escola subsidiando as ações dos docentes em sala de aula. Sobre esse desafio Merlan (apud PERRENOUD, 2002) enfatiza:

Formar as mentes sem conformá-las, enriquecê-las sem doutriná-las, armá-las sem recrutá-las, comunicar-lhes uma força, seduzi-las verdadeiramente para levá-las à sua própria verdade, dar-lhes o melhor de si mesmo sem esperar esse ganho que é a semelhança (p. 173)

5. CONCLUSÃO

O curso de pedagogia tem demonstrado ao longo de sua história uma forte tendência para formar professores das séries iniciais. O raciocínio que teria dado suporte a essa ideia é simples: educação e ensino, dizem respeito à criança (inclusive porque, “peda” do termo pedagogia vem do grego *paidós* e significa criança). Ora, ensino dirige-se a criança, então quem ensina para crianças é pedagogo. E para ser pedagogo, ensinador de criança, fazia-se um curso de pedagogia.

Essa é uma concepção reducionista do que seria ensinar, pois atribui o ato de conhecer somente às crianças, como se jovens e adultos não aprendessem. É bem verdade que hoje, essa concepção está timidamente sendo superada, quando observamos o movimento de jovens e adultos com acesso à educação.

Partindo desse princípio, a pesquisa vem comprovar que a ação do pedagogo é indispensável para auxiliar o professor na sua prática docente. Embora ainda hoje seja ela a base da formação deste profissional, tema bastante debatido entre os estudiosos da educação, também já apontam inúmeras mudanças no perfil, na ação e no interior do curso, apesar das decisões das autoridades nacionais que insistem em reduzir a ação desse profissional.

A pesquisa revelou está de fato havendo uma grande contribuição do profissional pedagogo na prática docente dos professores no município de Macapá, embora dados da pesquisa tenham traduzido a fragilidade dessa relação, ainda atrelada aos aspectos negativos de se estreitar laços entre sujeitos estranhos um ao outro.

Apesar disso, pode-se afirmar que o cenário escolar já assumiu uma outra face. Através da mediação do pedagogo, já se observa, por exemplo, a superação da fragmentação entre orientador educacional e supervisor escolar; muitas escolas, sobretudo, as da rede municipal, já contam com a ‘o pedagogo’, fato que pode ser comprovado pelos últimos concursos públicos realizados, os quais abriram vagas para este e não mais para o orientador ou supervisor. Em outras escolas da rede estadual, ele é o coordenador pedagógico, ou seja, são movimentos que apontam uma nova postura e um novo perfil desse profissional. Além disso, ele próprio já reconhece a necessidade de ‘ressignificar’ suas ações, quando avalia que é preciso estar se atualizando, pois somente a graduação não é o suficiente para assegurar uma *práxis* promissora.

Tudo isso, comprova que de fato, há um redimensionamento da importância da atuação do pedagogo na prática docente. É bem verdade, que a pesquisa revelou professores confusos em relação às funções do pedagogo e em saber como aquele profissional pode lhe ajudar em suas atividades docentes, mas isso também é um dado que reflete a necessidade de estreitamento profissional entre as partes.

Todavia, tudo o que se percebe hoje não é fruto do acaso, é produto de um movimento histórico relacionado a conjunturas de lutas políticas envoltas de ideologias e conflitos que acompanham o profissional pedagogo desde a sua gênese até os dias atuais.

Apesar de tudo isso, também é necessário que aconteça uma valorização do pedagogo que resulte no resgate de sua autoestima para que ele possa transformar o seu fazer burocrático, num fazer dinâmico, ético-político a serviço da escola, do aluno e do professor, deixando de ser apenas um “profissional assistencialista”.

Portanto, o ensaio em questão sugere mudanças e mudar exige construir novos paradigmas, assumir novos papéis. Todavia quanto mais papéis os profissionais pedagogos assumirem, mais realidades apreenderem, mais viáveis serão os caminhos para realmente promoverem a melhoria da prática docente no Município de Macapá.

Não podemos mais nos contentar com a formação restrita desse pedagogo. Não mais devemos nos colocar na dimensão exclusiva de: pedagogo especialista ou pedagogo cientista, ou pedagogo escolar, ou mesmo pedagogo docente. É preciso observar a multidimensionalidade dessa formação, mas é fundamental esforços na construção de uma nova profissionalidade pedagógica (grifos da autora) (FRANCO in PIMENTA, 2002, p. 105).

Assim, a questão da contribuição do profissional pedagogo na prática docente é uma conquista ainda com inúmeros desafios a serem enfrentados. Dessa forma a temática não está superada, pois, confia-se numa etapa apenas vencida, de maneira que possa fundamentar futuros ensaios, com o intuito de provocar os debates em torno do pedagogo e suas ações, cujos resultados impliquem em mudanças substanciais, não só para esse profissional, como também para os profissionais a serem auxiliados por ele.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Ângela da Silva (Orgs.). **Para onde vão a orientação e a supervisão?** – Campinas, SP: Papirus, 2002. – (Coleção Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico);

ALARCÃO, Isabel (Org.). – **Escola reflexiva e nova racionalidade.** – Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

A história da educação no Brasil. <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb01.htm>. Pesquisado em 28/10/2012.

A profissionalização dos formadores de professores. Organizado por Marguerite Altet, LéopoldPaquay e Philippe Parrenoud. Trad. Fátima Murad. – Porto Alegre: Artmed, 2003.

BRASIL, **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** – (Lei 9.393/96). Apresentação Carlos Roberto Jamil Cury. – 4. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL, Pesquisa Nacional Unesco. **O perfil dos professores brasileiros:** o que fazem, o que pensam, o que almejam. – São Paulo: Moderna 2004.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores:** busca e movimento. – Campinas, SP: Papirus, 1996. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução Álvaro Lorencini. – São Paulo: Editora UNESP, 1999 – (Encyclopaideia);

CELANI, Maria Antonieta Alba (Org.). **Professores e formadores em mudança**: relato de um processo de reflexão e transformação da prática docente. – Campinas, - SP: Mercado de Letras, 2002. – (Coleção As Faces da Linguística Aplicada);

CONTRERAS, José. **Autonomia de professores**. Trad. de Sandra TrabuccoValenzuela; revisão técnica, apresentação e notas à edição brasileira Selma Garrido Pimenta. – São Paulo: Cortez, 2002.

GRINSPUN, Maria Paula S. Zippin (org.). **Supervisão e orientação educacional**: perspectivas de integração na escola. – São Paulo: Cortez, 2003;

IMBERNÓN, Francisco (Org.). **A educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato.–2. ed. – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2002. – (Coleção Questões da Nossa Época; v. 77).

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** – 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2002;
OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, MirzaSeabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. – (Coleção docência e informação).

LINHARES, Célia (Org.). **Os professores e a reinvenção da escola**: Brasil e Espanha. – São Paulo: Cortez, 2001.

LOPES, Elaine Maria Teixeira / Ana Maria de Oliveira Galvão. **História da Educação**. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001. – (O que você precisa saber sobre).

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 19. ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. – (Atualidades pedagógicas; v. 59).

MEDINA, Antônia da Silva. **Supervisão Escolar**: da ação exercida à ação repensada. 2 ed. – Porto Alegre, AGE/RS, 2002.

PAQUAY , Léopold; PARRENOUD, Philippe; ALTET, Marguerite; CHARLIER, Évelyne. (Orgs.). Trad. Fátima Murad e Eunice Gruman. **Formando professores profissionais**: Quais estratégias?Quais competências.– 2. ed. ver. – Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

PADILHA, Paulo Roberto. **Currículo Intertranscultural**: novos itinerários para a educação. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004. – (Biblioteca freireana; v. 9).

Pedagogia, educação, didática e filosofia da educação – algumas distinções.<http://www.filosofia.pro.br/pedagogia.htm>. Texto de Paulo Ghiraldelli Jr. Pesquisado em 24/10/2012.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. Trad. Cláudia Schilling. –Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Trad. Cláudia Schilling e Fátima Murad. – Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.): **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. – São Paulo: Cortez, 2002;

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. – 17. Ed. rev. e ampl. – São Paulo: Autores Associados, 2001. – (Coleção memória da educação)

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941. **Metodologia do trabalho científico**. – 22. ed. ver. E ampl. De acordo com a ABNT. – São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Carmem Silvia Bissolida. **Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade**. 2ª edição revista e atualizada. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 66);

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Magistério e mediocridade**. 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2001. – (Coleção Questões da Nossa Época; v. 3).

Um breve passeio pela história da educação. – Artigo de Emílio Gennari. <http://www.espacoacademico.com.br/029/29cgennari.htm>. Pesquisado em 25/10/2012.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos, 1956. **Para onde vai o professor? Resgate do professor como Sujeito de Transformação**. 10ª ed. – São Paulo: Libertad, 2003. – (Coleção Subsídios Pedagógicos do Libertad; v. 1).